

Demonstrações Financeiras

UFV Três Marias S.A.

31 de dezembro de 2024

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
4. IMOBILIZADO.....	16
5. FORNECEDORES	19
6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	19
7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
8. RECEITA LÍQUIDA.....	21
9. CUSTOS E DESPESAS.....	22
10. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	22
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A UFV Três Marias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A UFV Três Marias

A UFV Três Marias S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da sociedade de economia mista Cemig Geração e Transmissão S.A., regida por Estatuto Social e pelas Leis 6.404/1976, 13.303/2016 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social é de R\$6.887 mil em 31 de dezembro de 2024 e 2023 representado por 6.887.499 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”).

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia apurou um lucro líquido do exercício de R\$706 mil em 2023 (R\$819 mil em 2023).

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – Lajida

Em 2024, o Lajida da Companhia foi de R\$1.224 mil (R\$1.005 mil positivo em 2023) e a margem do Lajida foi de 57,44% no mesmo período (90,54% positivo no exercício de 2023), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024	2023	Var. %
Resultado Líquido	706	819	(13,80)
Despesa de IR e CS	514	63	715,87
Resultado Financeiro	(309)	(81)	281,48
Depreciação	313	204	53,43
LAJIDA	1.224	1.005	1.036,98

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita operacional

A receita bruta operacional foi de R\$2.211 mil em 2024 (R\$1.152 mil em 2023).

A receita da Companhia é proveniente de aluguel e arrendamento de terrenos e equipamentos.

A Companhia desenvolveu e implantou no imóvel uma planta solar fotovoltaica com potência de 1,954 MWp, constituída de equipamentos fotovoltaicos geradores de energia elétrica, redes de distribuição de energia elétrica e todo e qualquer equipamento necessário para a implantação de Sistemas de Geração de Energia Elétrica (“SGEE”), para fins de geração de energia elétrica destinada à compensação de energia, na modalidade geração distribuída, em conformidade com a Resolução Normativa nº 482/2012 da Aneel, conforme alterada e da Lei n. 14.300/2022.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.220 mil em 2024 (R\$309 mil em 2023), sendo compostos principalmente, por arrendamentos, depreciação e seguros. Mais informações na nota explicativa nº 10.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2024 foi de R\$309 mil (R\$81 mil em 2023), sendo composto, principalmente, da renda de aplicação financeira. Mais informações na nota explicativa nº 11.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$515 mil (R\$63 mil em 2023) referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Mais informações na nota explicativa nº 12.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2024, no montante de R\$706 mil:

- R\$35 mil para constituição de reserva legal;
- R\$336 mil referentes aos dividendos mínimos obrigatórios e
- R\$335 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, no montante de R\$336 mil, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de colaboradores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	4.370	4.693
Arrendamentos a receber		696	266
Outros ativos		68	68
Despesas antecipadas		57	49
TOTAL DO CIRCULANTE		5.191	5.076
NÃO CIRCULANTE			
Tributos Compensáveis		2.950	-
Imobilizado	4	103.204	41.617
Direito de uso	5a	12.957	143
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		119.111	41.760
ATIVO TOTAL		124.302	46.836

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	6	10.261	75
Impostos, taxas e contribuições	7	166	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	104	-
Dividendos a pagar	8	336	389
Passivo de arrendamento	5	1.050	12
TOTAL DO CIRCULANTE		11.917	476
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	7	59	42
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	33	42
Passivo de arrendamento	5	11.938	133
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.030	217
TOTAL DO PASSIVO		23.947	693
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
Capital Social		6.887	6.887
Adiantamento para Futuro aumento de capital		92.279	38.826
Reservas de lucros		1.189	430
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100.355	46.143
PASSIVO TOTAL		124.302	46.836

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	9	2.131	1.110
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Materiais		(16)	(4)
Serviços de Terceiros		(43)	(23)
Arrendamento e Aluguéis		(714)	-
Depreciação		(313)	(204)
Outros		(3)	(6)
		(1.089)	(237)
CUSTO TOTAL	10	(1.089)	(237)
LUCRO BRUTO		1.042	873
DESPESAS OPERACIONAIS	10		
Despesas Gerais e Administrativas		(16)	(19)
Outras Despesas Operacionais		(115)	(53)
		(131)	(72)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		911	801
Receitas Financeiras	11	631	93
Despesas Financeiras	11	(322)	(12)
		309	81
Resultado Antes dos Impostos		1.220	882
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	12	(524)	(21)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	10	(42)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		706	819

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	706	819
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	706	819

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	-	-	-	-	-	-
Capital social	6.887	-	-	-	-	6.887
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	38.826	-	-	-	38.826
Resultado do Exercício	-	-	-	-	819	819
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	41	-	(41)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(389)	(389)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	389	(389)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.887	38.826	41	389	-	46.143
Dividendos Obrigatórios não distribuídos	-	-	-	389	-	389
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	53.453	-	-	-	53.453
Resultado do Exercício	-	-	-	-	706	706
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Reserva Legal	-	-	35	-	(35)	-
Reserva de Retenção de lucros	-	-	-	335	(335)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	(336)	(336)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	6.887	92.279	76	1.113	-	100.355

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	706	819
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	268	204
Amortização direito de uso	45	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos	514	63
Juros incorridos de arrendamentos	82	8
	1.615	1.094
(Aumento) Redução de Ativos		
Arrendamentos a receber	(430)	(266)
Tributos Compensáveis	(2.950)	-
Despesas antecipadas	(8)	(49)
Outros ativos	(12.858)	-
	(16.246)	(315)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	10.185	75
Arrendamentos	12.777	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(425)	42
Tributos	183	-
	22.721	117
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	8.090	896
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	4	(21)
Juros resgatados	-	(4)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.094	871
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(61.854)	(34.999)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(61.854)	(34.999)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos	(16)	(5)
Adiantamento para futuro aumento de capital	53.453	38.826
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	53.437	38.821
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(323)	4.693
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.693	-
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.370	4.693
	(323)	4.693

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UFV Três Marias S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da sociedade de economia mista Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”), com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Barbacena, 1200, 9º Andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131.

A sociedade tem por objetivos principais a instalação, operação, manutenção e aluguel de plantas solares, além de estar habilitada para participar e/ou administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, nos termos da Lei 14.300/22.

A UFV Três Marias S.A. explora um empreendimento classificado como minigeração, com potência de 2,5 MW, na cidade de Três Marias/MG. O empreendimento é subdividido em três unidades de geração distintas. Duas destas unidades, ambas de 1,0 MW, estão arrendadas pela Cemig Sim para compensação de energia de seus clientes. A outra unidade, de 0,5 MW, é utilizada para compensação de faturas de energia da Cemig GT.

A conexão desta central de geração fotovoltaica se deu em dezembro de 2021 e é regida pelos Acordos Operativos de números 1137707644, 1137707987 e 1137708254. A energia gerada é entregue na rede da Cemig Distribuição em 13,8 kV.

O empreendimento, composto por 5.040 módulos fotovoltaicos e 20 inversores de 125 kW do fabricante Sungrow, possui estrutura de automação capaz de prover à instalação a supervisão e o controle pelo Centro de Operação do Sistema – COS Cemig.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de julho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme detalhado na nota explicativa 13.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 4 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos); e

- Nota 13 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.6 Redução ao Valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Não há impactos materiais ou relevante nas políticas contábeis já adotadas pela Companhia diante dessas alterações.</p>
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.</p>

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e	<p>As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado.</p> <p>Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p>	01/01/2025

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	<p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.</p> <p>A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	
Alterações ao CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	<p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2026
CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.</p> <p>As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p> <p>As alterações de escopo restrito foram feitas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2027

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2024	2023
Banco conta movimento	(302)	53
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	4.672	4.640
	4.370	4.693

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 98% a 99% em 31 de dezembro de 2024 (99% em 31 de dezembro de 2023), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

Estão divulgados na nota explicativa nº 13 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as práticas contábeis materiais.

4. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de deprec. (%)	2024		
		Custo	Deprec. Acum.	Valor Líquido
Em Serviço	3,76	7.132	(781)	6.351
Terrenos, Obras Civis, Benfeitorias e Edificações	2,00	863	(50)	813
Máquinas e Equipamentos	4,00	6.269	(731)	5.538
Em Curso		96.853		96.853
Total		103.985	(781)	103.204

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) + (B)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço	7.132	-	7.132	-	(781)	6.351
Reservatórios, Barragens e Adutoras	863	-	863	-	(50)	813
O. Cíveis, Benfeitorias e Edificações	6.269	-	6.269	-	(731)	5.538
Em Curso	34.999	61.854	96.853	61.854	-	96.853
Total	42.131	61.854	103.985	61.854	(781)	103.204

Em 2024, a Cemig GT efetuou aportes para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp (“UFVF Três Marias GD”) e para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFVF Rio Manso.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. A taxa média de depreciação em 2024 é de 3,76%.

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando incorridas.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos ativos.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

5. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamento de terrenos para implantação de usinas fotovoltaicas;

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso. A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	143	143
Amortização	(45)	(45)
Adição	12.931	12.931
Remensuração	(72)	(72)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.957	12.957

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	145
Adição	12.931
Juros incorridos	82
Arrendamentos pagos	(16)
Juros sobre arrendamentos pagos	(82)
Remensuração	(72)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.988
Passivo circulante	1.050
Passivo não circulante	11.938

Política contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

6. FORNECEDORES

	2024	2023
Circulante		
Operação e Manutenção de Usina	10.261	75
Total	10.261	75

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
PASEP	1	-
COFINS	3	-
INSS	59	-
ISS	38	-
Outros	65	-
	166	-
Não circulante		
COFINS Diferido	49	35
PASEP Diferido	10	7
	59	42
Total	225	42

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$6.887, constituído por 6.887.499 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Aneel.

b) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucro	2024	2023
Reserva Legal	76	41
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	1.113	389
	1.189	430

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	706	819
Reserva Legal	(35)	(41)
	671	778
Reserva de Retenção de Lucros	335	-
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	336	389
Dividendos Adicionais Propostos	-	389
Total dos Dividendos	336	778

d) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Em 2024, a Cemig GT efetuou aporte no montante de R\$53.453 mil, a título de AFAC em dinheiro, para implantação do Complexo de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de Geração Distribuída Três Marias GD 78 MWp (“UFVF Três Marias GD”) e para implantação das UFV GD Arapuá, UFV GD Sol Central e UFVF Rio Manso.

O referido AFAC, possui natureza irrevogável e irretratável, não sendo passível de devolução ao acionista da Companhia.

e) Destinação do Resultado de 2024 - Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2024 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2024, no montante de R\$706:

- R\$35 para constituição de reserva legal;
- R\$336 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$335 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos obrigatórios serão destinados para constituição de reserva especial, no montante de R\$336 mil, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

f) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2023	389
Dividendo obrigatório não distribuído	(389)
Proposta de dividendos obrigatórios	336
Saldo em 31 de dezembro de 2024	336

9. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Arrendamentos e aluguéis	2.211	1.152
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (a)	(80)	(42)
Receita Operacional Líquida	2.131	1.110

c) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2024	2023
COFINS	66	35
PIS/PASEP	14	7
	80	42

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação

em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

10. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas é conforme segue:

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Pessoal	-	-	8	-	8	-
Materiais	16	4	-	-	16	4
Serviços de terceiros (a)	43	23	9	19	52	42
Arrendamentos	714	-	-	-	714	-
Depreciação e Amortização	313	204	-	-	313	204
Seguros	-	-	107	53	107	53
Outros custos e despesas	3	6	7	-	10	6
	1.089	237	131	72	1.220	309

a) Serviços de terceiros

	2024	2023
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	40	12
Meio Ambiente	-	8
Conservação e Limpeza de Prédios	6	17
Outros	6	5
	52	42

11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de aplicação financeira	500	93
Variação cambial	108	-
Variação monetária de créditos tributários	4	-
Outras Receitas Financeiras	19	-
	631	93
Despesas Financeiras		
Variação cambial	(152)	-
Juros sobre arrendamentos pagos	(82)	-
Outras despesas financeiras	(88)	(12)
	(322)	(12)
Resultado Financeiro	309	81

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente variação cambial.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	2024	2023
Imposto de Renda	73	28
Contribuição Social	(40)	14
Total do passivo	33	42

b) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição Social no resultado

	31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Arrendamento Geração Distribuída	2.244	2.244
Percentual de Presunção	32%	32%
Receita Operacional Tributada	718	718
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	498	498
Outras Receitas Financeiras	131	131
Base de cálculo Lucro Presumido	1.348	1.348
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	202	121
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$180)	111	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total (903000 e 902000)	313	121
Ajuste de ECF Corrente	65	26
Rendas de aplicações	500	500
Rendas de aplicações resgatadas	498	498
Rendas Aplicações não resgatadas	2	2
Alíquota	25%	9%
	0	0
Receita por competência diferida	(33)	(33)
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de Cálculo	(11)	(11)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	(3)	(1)
Ajuste de ECF Diferido	(2)	(5)
Corrente	378	147
Diferido	(4)	(6)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime

presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Arrendamentos a receber		696	696	266	266
		696	696	266	266
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	4.672	4.672	4.640	4.640
		4.672	4.672	4.640	4.640
		5.368	5.368	4.906	4.906
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(10.260)	(10.260)	(75)	(75)
Passivo de Arrendamento		(12.988)	(12.988)	(339)	(339)
		(23.248)	(23.248)	(414)	(414)

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo

corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensuradas a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores é conforme segue:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	10.211	-	49	-	-	10.260
Passivo de Arrendamento	91	182	817	4.361	23.135	28.586
	10.302	182	866	4.361	23.135	38.846

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros. Encontram-se nessa categoria os seguintes ativos e passivos financeiros:

- Arrendamentos a receber;
- Fornecedores; e

- Passivo de arrendamento;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor- Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG 121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da UFV Três Marias S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2024, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente às suas aprovações pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2025.

Eduardo José de Souza, Conselheiro Efetivo

João Alan Haddad, Conselheiro Efetivo

Arthur José Fernandez Braz, Conselheiro Efetivo